

Regime do partido único na Guiné-Bissau (1973-1991): o que falhou?

Paulo Anós Té

Universidade Federal de Pelotas

Artemisa Odila Candé Monteiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

1 Introdução

A Guiné-Bissau fica situada na costa oeste do continente africano e conta com uma estimativa populacional de 1,9 milhões de habitantes (Banco Mundial, 2023). Limita-se, no litoral, desde o Cabo Roxo até a ponta Cadeta. Faz fronteira, a norte, com a República de Senegal, a leste e a sudeste com a República de Guiné-Conacri e a oeste com o Oceano Atlântico. A sua superfície é de 36.125 km², sendo composta pela parte continental, que corresponde 34.500 km², e pelos arquipélagos dos Bijagós, com mais de 80 ilhas e ilhéus, separado do continente pelos rios Geba, Pedro Álvares, Bolama e Canhabaque (Lopes, 1982).

A independência da Guiné-Bissau foi proclamada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 24 de setembro de 1973, no sul do país. Ela foi alcançada por meio do cano de luta armada que durou 11 anos sob a liderança de Amílcar Lopes Cabral¹. Fanon (1968) atribuiu um significado importante à contraviolência como antídoto político para as independências dos países africanos do jugo colonial. Desde então, houve alguns exemplos de lutas de libertação nacional na África pela via armada. A própria contraviolência também se fez sentir na pós-independência enraizada nas mentes e nas instituições estatais. Assim, para Shivji (1991), os guerrilheiros se transformaram em tiranos e continuam a tyrannizar através do cano de uma arma, da perseguição e de uma “política purgante”. E o PAIGC não foge à regra, pois adotou a mesma política.

Com as independências, alguns Estados africanos adotaram o regime do partido único². O regime do partido único tem sido definido por alguns dirigentes africanos (Julius Nyerere, Modibo Keita, Sekou Touré, Leopold S. Senghor, Kwame Nkrumah), como favoráveis ao desenvolvimento econômico, político e à construção do Estado-nação. Assim, alguns deles afirmavam que o regime do partido único era “o meio de restabelecer a unidade nacional” (Lavroff, 1975, p.42), o instrumento da integração e era partido do povo (Silveira, 2004).

O exemplo disso, é que, para Julius Nyerere (1961), não pode haver espaço para diferenças ou divisões, devendo os movimentos de libertação que conduziram às independências formar o primeiro

¹ É um dos que participaram na fundação do PAIGC e liderou a luta de libertação dos dois países. Cabral foi assassinado em 20 de janeiro de 1973, na República de Guiné-Conacri. A sua morte ainda não foi esclarecida.

² É o caso de: Angola, Argélia, Benin, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana, Congo, Djibuti, Guiné Equatorial, Etiópia, Gabão, Guiné-Bissau, Costa do Marfim, Madagascar, Malawi, Mali, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Tanzânia, Togo, Zaire, Zâmbia, Congo-Brazzaville, Lesoto, Eritreia, Malawi, Marrocos, República Centro-Africano etc.

governo dos Estados. A adoção do partido único foi vista como modelo que possui vantagens e como uma alternativa aos regimes militares e/ou aos anárquicos. Assim, aqueles que desfrutavam do poder estatal – asseguravam que a política do partido único era o modelo ideal para a sociedade bissau-guineense para a formação da unidade nacional.

De modo geral, no contexto africano, conforme Finer (1967), eis os argumentos apresentados para a adoção do sistema de partido único: a) a condição necessária para o crescimento econômico; b) segue as inclinações “naturais” da população; c) é ideal para construir a unidade nacional; d) meio para garantir a estabilidade política e social. Portanto, alguns dos argumentos apresentados a seu favor são insustentáveis, pois os discursos não estavam em consonância com o que se via, de fato.

Com a independência, em 1973, o PAIGC proclamou-se como partido único até 1991, marcando a fase monopartidária na Guiné-Bissau. A sua adoção continua a trazer debates contraditórios sobre a gestão do país. Alguns estudiosos africanos e bissau-guineenses podem entender que as discussões sobre o assunto são ultrapassadas, porém, há outros que não olham a realidade desta forma, pois os resquícios do regime do partido único ainda assombram a realidade política do país. O que se propõe neste artigo é apresentar as razões invocadas pelos líderes africanos e, particularmente, pelo PAIGC, para justificar o regime do partido único e, a seguir, as falhas que ele apresenta.

As análises são de extrema importância devido aos enigmas sobre a vida política em África, em geral, e na sociedade bissau-guineense, em particular. Com isso, faz-se o seguinte questionamento: a gestão da Guiné-Bissau foi marcada por falhas devido à estrutura do partido único ou pela sua tentativa de monopolização da sociedade, economia e da política?

Assim, conforme a questão acima colocada e, para respondê-la, o presente trabalho divide-se em três seções além da introdução e conclusão: a) analisa o estabelecimento do sistema de partido único na Guiné-Bissau; b) averigua as justificativas baseadas na construção da unidade nacional e o projeto do Estado binacional; e, por último, c) avalia as situações econômicas. Trata-se de um estudo com prisma analítico de abordagem qualitativa, assim, os dados utilizados são provenientes da pesquisa bibliográfica sobre o estado do partido único na África e na Guiné-Bissau, tendo como *corpus* para a compreensão do objeto proposto, as ferramentas das análises do campo da Ciência Política e da Sociologia, e também das outras áreas de conhecimento focadas nas bibliografias relacionadas ao assunto.

2 Estabelecimento do PAIGC como partido único

Existem vários trabalhos acadêmicos sobre os partidos políticos, entre os quais: Duverger (1980); Michels (1982); Sartori (1982); Viana (2003). Mas alinhamos a Sartori (1982), com o termo “partido”, substituindo a expressão negativa “facção”. Ao falar da sua composição, o autor afirma que o termo “partido” vem do latim, do verbo *partire*, que significa dividir, porém, não fazia parte do vocabulário político até o século XVII. Após algumas décadas, o termo “partido” passou a transmitir a ideia de *parte* como um construto analítico, sendo que a última é, na verdade, a mais usada atualmente. Posteriormente, a percepção das partes como sendo inerentemente ameaçadoras à ordem política começou a retroceder e as pessoas perceberam que a expressão de *parte* diferente não teria necessariamente efeitos destrutivos na sociedade, mas sim, uma *parte* o que não significa a “facção”.

Logo após a independência da Guiné-Bissau, essa percepção negativa do partido como “facção” foi observada no país, pois não se permitiu “legalmente” a formação dos outros partidos políticos, sendo esses associados como aqueles que poriam em causa a construção do Estado nacional e que representariam a divisão da sociedade. Essa noção negativa levou o PAIGC a proclamar-se como partido único, proibindo legalmente a criação e a legalização dos outros partidos no cenário político bissau-guineense.

Além da questão de facção, existem outros conceitos defendidos pelos teóricos (Finer, 1967; Lavroff, 1975; Silveira, 2004) de que, para os líderes, o partido único é o meio de: a) construir a unidade nacional; b) assegurar o desenvolvimento econômico; c) seguir as inclinações “naturais” da população; e d) é meio para garantir a estabilidade política e social. Os defensores justificam que “a existência de uma oposição dos partidos no governo, facilita a penetração de interesses estrangeiros contrárias à unidade nacional e à integridade territorial” (Silveira, 2004, p. 49).

Construir um sistema partidário único pode até ser relevante, mas não é suficiente para a manutenção da estabilidade política, socioeconômica e da construção da unidade nacional de um país, o que significa que não geraria resultados mágicos, mas pode marcar profundamente a realidade política do país. Por isso, não se pode afirmar que as justificativas usadas para adoção do regime do partido único estejam todas erradas, mas o “erro foi considerar que o partido único detinha a resposta ao problema. Quando não a tinha” (Nóbrega, 2015, p. 23).

A Guiné-Bissau tornou-se um Estado independente, em 24 de setembro de 1973, na Madina de Boé, zona sul do país. Nesse ato solene, os deputados aprovaram a primeira Constituição do país com seis páginas, quatro capítulos e 58 artigos. Como regime político foi aprovado o monopartidarismo – regime político em que existe apenas um partido político reconhecido. Esse sistema fez prevalecer as estruturas do partido acima das do Estado, originando uma confusão do partido com o Estado. Na base da unidade, do desenvolvimento e da estabilidade política e econômica, o PAIGC proibiu a legalização dos outros partidos políticos por meio dos artigos 4 e 6 da Constituição de 1973 Assim, ela determinou os seguintes:

Art. 4.º Na Guiné-Bissau o poder é exercido pelas massas trabalhadoras ligadas estreitamente ao Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.), que é a força política dirigente da sociedade.

[...]

Art. 6.º O P.A.I.G.C. é a força dirigente da sociedade. Ele é a expressão suprema da vontade soberana do povo. Ele decide da orientação política da política do Estado e assegura a sua realização pelos meios correspondentes (Guiné-Bissau, 1973).

Desse modo, legalmente, um partido único significa “apenas um partido existente e tem a permissão de existir”. O regime é, geralmente, opressor, repressor, intolerante e coercitivo (Sartori, 1982, p. 249). Seguindo a mesma linha de arguição, Clark; Golder; Golder (2013, p. 611) entendem que um regime do partido único “é aquele em que apenas um partido tem a permissão legal para deter o poder”. O partido único tende a tornar-se único porque lhe é totalitária a estrutura política; só assume estrutura totalitária porque quer chegar à unidade, e não ao consenso, visando conservar o poder e, estando no poder, ele (tenta) mata(r) os outros partidos (Bonavides, 2000). E, portanto, o regime do partido único só existe nas ditaduras (Clark; Golder; Golder, 2013).

Os adeptos dessa ideologia política afirmam que o monopartidarismo é, em simultâneo, a elite e o vínculo da construção de uma nação, visando organizar o país. O pluralismo democrático, segundo os correligionários do partido único, resultaria na deformação dos interesses gerais por uma luta de interesses (Duverger, 1980) que acabaria por pôr em causa a unidade nacional. Com essa política, o PAIGC eliminou as organizações políticas ou outras manifestações políticas que não estavam sob a sua tutela. A maioria foi transformada nas organizações de massas orientadas pelo partido. Por exemplo: a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), os pioneiros Abel Djassi, a União Nacional dos trabalhadores da Guiné (UNTG) e a União Democráticas das Mulheres (UDEMU) (Mendy, 1996).

Para mais, foram controlados os jornais, as rádios, as instituições escolares e, sobretudo, a liberdade de expressão. Essa fase totalitária do unipartidarismo foi marcada pela tentativa de eliminação, silenciamento e polarização, lutando para destruir os outros grupos como também qualquer tentativa de autonomia dos subgrupos, invadindo as privacidades das pessoas. Assim, aquelas áreas ou grupos que estavam vivas é porque, na visão de Sartori (1982), foram toleradas pelo regime opressor por ser o seu “aliado fiel”. Com isso, ficou evidente que o regime foi imposto à sociedade bissau-guineense.

Quando é assim, a destruição da liberdade de expressão e das críticas ao regime num sistema político ou partidário marca o efeito profundo do monopólio da política e do poder pelo partido-Estado, visando, sobretudo, criar uma sociedade dosada através da política da unanimidade, o que se difere da política de consenso (Shivji, 1991). Com isso, abraça-se a política de controle social e político, da perseguição e da execução, visando formar uma sociedade do *sim, senhor, tudo está bem*. Nessa lógica, alguns régulos e comandos africanos³, militares e cidadãos foram executados pelo partido pela suposta traição à pátria.

Posto isso, pode-se afirmar que, “sob a política da unanimidade, os pontos de vista de um lado têm que prevalecer, mais frequentemente pela lógica da força ao invés da força da lógica” (Shivji, 1991, p. 87), por isso, o partido único tornou-se uma ferramenta indispensável para moldar a opinião, formá-la, emoldurá-la, canalizá-la e dirigi-la, sendo acompanhada pela vigilância e repressão, formando, assim, a ideia do *bom* militante. Destaca-se que o PAIGC não se trata de um partido étnico e/ou tribal, pois como o seu próprio nome indica, era um partido que nasceu com um caráter binacional e, talvez o único na África com essa característica (Semedo, 2021). As suas estruturas eram construídas por pessoas de diferentes etnias na Guiné-Bissau e em Cabo Verde.

Concernente à estrutura organizativa do Estado bissau-guineense, o poder político estava organizado da seguinte forma, segundo a Constituição: Assembleia Nacional Popular (ANP); Conselho do Estado (CE); Conselho dos Comissários do Estado (CCE); Conselhos Regionais (CR) e Poder Judicial (PJ) (Semedo, 2021).

Sobre as funções do CE, pode-se destacar conforme o art. 40 da constituição de 1973, o seguinte: 1) defender a Constituição do Estado; 2) organizar referendos populares; 3) ratificar os tratados e convenções internacionais; 4) declarar a guerra e fazer a paz; 5) fixar a interpretação das

³ Neste texto, o termo refere-se à unidade de elite formada por batalhão, filiado no Regimento dos Comandos, das Forças Armadas Portuguesas, que, de fato, combateram ao lado do regime colonial português em detrimento ao PAIGC na dita Guiné Portuguesa. A unidade foi criada depois de 1971, pelo Antônio de Spínola, então Governador da província. Sobre isso, ver: Caomique (2022).

leis constitucionais e ordinárias; 6) fixar a data das eleições dos deputados à Assembleia Nacional Popular; 7) convocar a Assembleia Nacional Popular, abrir e encerrar as suas sessões ordinárias; 8) promulgar as leis e resoluções da Assembleia Nacional Popular; 9) nomear e demitir sob proposta do seu Presidente, os Comissários de Estado; 10) receber as credenciais dos representantes estrangeiros; 11) nomear e demitir os representantes do Estado no estrangeiro; 12) conceder as condecorações do Estado; e 13) amnistia, perdoar e comutar as penas (Guiné-Bissau, 1973).

Mesmo após a constituição dos órgãos do Estado, a luta continuava, embora não fosse diretamente com as autoridades coloniais portuguesas; ficou na altura (e até agora) na sociedade bissau-guineense, na inoperância das instituições que, desde o prelúdio da independência, não correspondia às demandas do povo e da construção de uma nação, mas sim, de um grupelho que saquearam (e saqueiam ainda hoje) as instituições do país.

Ao nível do partido, Zeverino (2005) observa que, após a proclamação do PAIGC como partido único, este adotou uma postura de absolutismo político e econômico em relação à sociedade, ocasionando a consolidação do poder elitista. Nessa fase, as decisões e o poder real daquilo que era o destino do país encontrava-se nas mãos dos membros da Comissão Permanente do PAIGC. Para ter o controle “absoluto”, o partido criou órgãos de segurança do Estado para identificar, vigiar e denunciar os supostos “desviantes” e/ou inimigos internos através da política de terror, censura, vigilância e autovigilância. O tribunal “popular” era responsável por ditar as penas para os supostos infratores. Assim, muitas pessoas foram executadas, entre as quais, os régulos⁴, políticos e militares.

3 Construção da nação e o projeto do Estado binacional

Sem pretender fazer uma discussão definitiva sobre a “nação”, nem incidir em uma revisão da literatura de forma a contemplar todas as discussões sobre o assunto ou apresentar e defender um conceito unívoco, parece aceitável que as discussões e as teses revelam um aspecto central: da nação como uma comunidade inventada e imaginada. Entretanto, é interessante salientar que, conforme Anderson (1989, p. 14), a nação

[...] é uma comunidade política imaginada — e imaginada com a implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de su a comunhão.

Seguindo esta linha, Smith (2000) aduz que as nações podem ser entendidas como uma criação sócio-histórica por meio da identificação com heróis nacionais de uma comunidade imaginada, porque a criação da nação é mediada entre os fatores diacrônicos e sincrônicos, objetivando conquistar a soberania pela(s) rede(s) de solidariedade(s). A nação também é uma criação ideológica e simbólica nos espaços nacionais e internacionais. Ela dá sentido às múltiplas representações políticas, simbólicas e sociais no campo das relações de poder, produzindo, até um certo ponto, a lealdade a

⁴ O termo remete, pois, de uma prática de gestão coletiva conforme os hábitos locais autônomos. Segundo Carvalho (2000, p. 38), “os atributos deste poder local podem incluir, além de responsabilidades na administração territorial, as que se relacionam com o arbítrio sobre questões de ordem social e divisão fundiária, incluindo funções judiciais, como veremos posteriormente [...]”.

uma cultura nacional. Daí que, segundo Candé Monteiro (2019), a invenção e a imaginação de uma nação podem ser entendidas como um instrumento de conscientização forjada pelos líderes que mobilizam a massa para a luta de libertação e da soberania nacional, criando elementos simbólicos que unem o povo. Com isso,

[...] O aspecto simbólico de uma nação está intimamente ligado às dimensões de uma herança histórica comum, baseadas na luta e conquista de signos que expressam o mérito de um Estado soberano e independente. Portanto, esses signos estão imbricados na 'consciência nacional' dos membros da nação, e legitimados como identidade social que une os componentes da nação por meio do pertencimento a uma comunidade com sentimento de partilha (Candé Monteiro, 2019, p. 49).

No contexto bissau-guineense, o idealizador da independência, Amílcar Cabral, entende que a nação, além de ser uma comunidade inventada e imagina, ela é, sobretudo, uma reação dos povos subjugados contra o regime colonial português pela sua soberania. Cabral, líder revolucionário, entendia que a criação da nação deveria estar atrelada ao reforço da consciência dos subjugados, ao nascimento de um homem novo e de uma mulher nova. Com isso, a nação foi sempre atrelada à cultura, ou como dizia Cabral, a luta de libertação é, antes de tudo, um ato cultural. Assim sendo, a nação da Guiné-Bissau nasceu num contexto político forjado pelo regime colonial português, ou seja, a luta de libertação além de criar a raiz, criou uma consciência nacional e uma história comum a todos os grupos étnicos na Guiné-Bissau e Cabo Verde (Cabral, 2018), para formar a unidade nacional. Assim, a nação é compreendida como “comunidade de destino partilhada por meio de unidade política” (Candé Monteiro, 2019, p. 36).

Os dirigentes africanos, após as independências, viam a necessidade de construir e de reforçar a unidade nacional dos Estados como condição necessária para alavancar o processo do desenvolvimento e da unidade nacional. O argumento da construção da nação baseada na unanimidade difere com as opiniões do consenso.

O argumento da construção da nação não é, de fato, errado devido aos desafios que a Guiné-Bissau herdou depois da luta de libertação. Antes de mais nada, na verdade, os dirigentes bissau-guineenses tiveram dificuldades de sustentar tais ideias e não conseguiram resolver o regionalismo e a tentativa de instrumentalização étnica (embora, esses problemas não sejam discutidos, mesmo que na altura houvesse indícios fortes) que se faziam sentir.

O país parecia ter controlado a situação antes da independência, pois o inimigo comum – colonialismo – fez diferentes grupos étnicos se unirem para perfazer com o colonialismo, havendo uma “união” entre os bissau-guineenses e caboverdianos para o efeito. Ademais, o sucesso da união residia (e ainda reside) na heterogeneidade do povo; mais de 25 grupos étnicos têm, de fato, uma história que os uniu – a luta de libertação nacional. Após o processo da luta de libertação nacional, parece que o país carece de uma base que ainda sustenta de maneira precisa a questão da unidade nacional, ou seja, “num processo dinâmico de construção da nação é preciso prestar às etnias todas as capacidades de expressão e expansão dos seus objetivos e enquadrá-los num conjunto nacional coeso” (Lopes, 1987, p. 200). Esse processo ainda está por fazer. No que concerne à etnicidade, o respeito pela diversidade étnica é importante, pois a agressividade pode solevar a identificação

étnica, por isso, o Estado não deve operar numa política de enclausuramento, mas sim, da tolerância e da integração étnica.

O PAIGC teve, por certo, uma base nacionalista na década de 1950 marcada pela complexa política de luta de libertação nacional – organizou o pessoal nas regiões e nas bases locais para enfrentar o colonialismo português. Conquanto o partido tenha lutado contra os colonos como uma organização nacionalista, circulavam os pensamentos de viés socialistas no partido (embora o partido não os tenha assumido) até a proclamação da independência, em 1973. A intenção da criação do Estado binacional a partir de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, foi concretizada; todavia, o projeto acabou por findar na década de 1980⁵ após longos anos de luta de libertação nacional conjunta (Candé Monteiro, 2019).

Salienta-se que o projeto e, na verdade, todo teor argumentativo da adoção do partido único foi imposto pela conjuntura política e isso, segundo Finer (1967), constitui um dos fatores que levaram a sua queda no contexto africano após a democratização na década de 1990. Assim, na Guiné-Bissau, algumas pessoas que estavam a favor das eleições e do pluralismo político perderam a força e atrofiaram devido à pressão e à coerção por parte das estruturas do PAIGC como partido/Estado.

Desde a luta de libertação e pós-independência, as clivagens étnicas eram evidentes, mas se escondiam desses debates, fazendo parecer que tudo estava bem com o projeto da unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Essas situações e outras, conforme Lopes (1987), fizeram com que houvesse uma ruptura da solidariedade nas estruturas do partido e cada um dos dirigentes começou a criar os mecanismos e/ou as estratégias políticas. O ressurgimento do tribalismo e as rupturas são fenômenos que se conservam em estado latente e que são acionados automaticamente em caso de crise social, econômica e política. A derrubada do primeiro presidente do país – Luís Cabral –, em 1980, e outros assassinatos, atestam a argumentação e que não deixaram escapar a possibilidade de utilizar as identificações étnicas.

Essa falta de solidariedade partidária fez com que houvesse a expulsão do Governo da Guiné-Bissau de inúmeros quadros cabo-verdianos (e não só) ligados à política colonial após o golpe. Ora, na altura, os cabo-verdianos ocupavam altos postos administrativos, tendo um deles, nomeado embaixador. Antes do golpe de 1980 e com a evolução da situação política, econômica e social, o PAIGC dividiu-se em três alas: a) os próximos de Luís Cabral; b) os contestatórios defensores de uma radicalização política; e c) os contestatórios defensores de um nacionalismo estreito – Guiné-Bissau para os bissau-guineenses e Cabo Verde para os cabo-verdianos (Anós Té, 2023; Caomique, 2022; Lopes, 1987). Essa situação fez com que dentro do partido-Estado houvesse relações conturbadas entre as três alas, resultando em séries de dificuldades, acusações, censuras e o aumento da contestação pública.

A política do partido único na África, em geral, e do PAIGC na Guiné-Bissau, em particular, era construída por uns poucos líderes de topo, em nome de um número limitado de militantes. Quando é assim, Finer (1967) aduz que os funcionários do Estado e figuras notáveis do partido parecem, na

⁵ Em 1980 ocorreu o primeiro golpe de Estado que depôs Luís Cabral da presidência do país. Antônio Buscardini e Otto Schacht, responsáveis da Polícia do Estado (serviço de Segurança Nacional e Ordem Pública) altamente coercivo e repressivo, ao tempo do Luís Cabral, foram as únicas vítimas mortais nesse golpe. O ministro do planeamento, Vasco Cabral, embora ferido devidos aos tiroteios, conseguiu refugiar-se na embaixada sueca, onde posteriormente pediu asilo político. Em consequência do golpe houve a separação entre os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

prática, reféns e como aqueles reunidos em conferências para ouvir as palavras do líder, em vez de uma rede de membros de partido em funcionamento, sendo que a liderança tenta marcar as hierarquias para gerenciar da melhor forma a sociedade por meio do monopólio e da centralização do poder.

Essa fase marcou dois fatos na Guiné-Bissau: o da centralização do partido-Estado – bonapartismo de partido – e o da centralização presidencial – bonapartismo presidencial⁶. O primeiro entrou em crise nos anos 1978 e, assim, desenvolveu-se o segundo regime, que entrou em vigor em 1980 até abertura política em 1991 (Fernandes, 1994) em que se pensava que o “Estado sou eu” – presidente da República e as pessoas que faziam parte do seu grupo. Quando é assim, o burocrata identifica-se completamente como Estado e confunde seus interesses com os interesses deste (Michels, 1982). Assim, aqueles que não concordavam com o partido poderiam ser: perseguidos, expulsos do partido ou executados. Nessa situação,

houve alguns casos de eliminação física dos opositores. São raros e não podem ser considerados como verdadeiros meios de estabelecimento do partido único. Mas desde o instante em que é preso, por virtude de condenação proferida, as mais das vezes, por um tribunal especial, a vida do *leader* da oposição está em perigo, porque os «riscos de acidente» são numerosos. É por essa razão que numerosos opositores preferem abandonar o país, mesmo se esta solução arrasta consigo, a breve trecho, o desmantelamento do partido que dirigem (Lavroff, 1975, p. 52-53).

O argumento (talvez) mais forte a favor do partido único – de que ele tem gerado e ajudado a garantir a unidade nacional – é um discurso ideológico. Sendo assim, questiona-se: o que significa a unidade nacional e como ela pode ser compreendida no contexto africano e, sobretudo, no cenário bissau-guineense? A sua construção pode ser compreendida, segundo Shivji (1991), a partir de três elementos: a) para se referir vagamente à integridade nacional ou mais estreitamente à integridade do país, ou seja, a uma população existente em um território definido geográfica e politicamente sob a jurisdição de um Estado; b) para se referir a um país sem diversidade e interesses divergentes; c) para se referir à política de unanimidade, e não de consenso. Este último talvez seja o que mais representa a ideologia adotada pelo PAIGC.

O partido único se advoga como aquele que ajudou a eliminar as diferenças e interesses dissemelhantes, criando a “verdadeira” unidade. Isso, certamente, pode ser uma coisa e menos a verdade. O debate na altura e hoje mostra que essa teoria não foi e nem é plausível, pois as nações africanas – antes e após os primeiros momentos da luta de libertação – têm grupos e pessoas com interesses e visões diferentes – exemplo disso, foi a emergência de várias movimentos emancipalistas⁷ no contexto bissau-guineense –, por isso, pode-se dizer que o partido único conseguiu

⁶ Embora as expressões – bonapartismo de partido e presidencial sejam discutíveis, a primeira fase é marcada pelo monopólio do Estado, visto que, a vida privada dos cidadãos estava sujeita a uma política de vigilância do aparelho policial, este, por sua vez, criou tribunais de exceção e dispunha do direito de vida e de morte. A segunda fase é marcada pelas medidas liberalização econômica aplicada pelo primeiro-ministro da época, Victor Saúde Maria (Fernandes, 1994).

⁷ Entre estes movimentos, citam-se os seguintes: Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); Reunião Democrática Africana da Guiné (RDAG); União dos Povos da Guiné (UPG); Movimento para a Independência da Guiné (MING); Movimento de Libertação da Guiné (MLG); União Nacional da Guiné Portuguesa (UNGP); União para a Libertação da Guiné (UPLG) (Lopes, 1982, 1987; Fernandes, 1994; Candé Monteiro, 2019; Caomique, 2022; Anós Té, 2023).

suprimir (“com sucesso”) qualquer expressão organizada da diferença na sociedade por meio da ideologia da unanimidade, e não de consenso. Assim, para Shivji (1991), a unanimidade difere da unidade, pois a unidade pode crescer na diversidade e a unanimidade baseia-se numa política de coerção física, moral ou psicológica. E, portanto, a política de unanimidade visa obliterar a diversidade e criar uma sociedade dosada política e ideologicamente.

A lógica da política da unanimidade foi aplicada, acuradamente, pelos dirigentes do PAIGC para impor a ideologia da unidade nacional aos que não se alinhavam aos ideais da construção de um Estado binacional. Assim,

uma política de segurança nacional intimidou e silenciou numerosas vozes dissidentes e conseguiu criar uma intensa atmosfera de medo e ansiedade. Detenções arbitrárias, prisões e execuções sumárias foram as medidas repressivas mais severas adotadas, as quais asseguravam que, através da autocensura motivada por um compreensível instinto de sobrevivência, a livre expressão e o debate público emudecessem (Mendy, 1996, p. 30).

Depois do golpe, em 21 de novembro de 1981, Nino anunciou a descoberta de 500 corpos em valas comuns perto de Nhacra, Mansabá, Cumeré e Mansoa, na região de Oio, no norte do país. Alguns defendiam o fim da “unidade” entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, colocando o acento tônico nos fuzilamentos levados a cabo pelo regime de Luís Cabral, referindo que a unidade dos dois países agonizava nos campos onde foram encontrados os corpos. Ademais, há o caso de Farim, onde foram encontradas cerca de 100 pessoas mortas asfixiadas (Fernandes, 2007; Galli; Jones, 1987; Gomes, 2014; Ziegler, 2021).

O tenente Mário Costa Ribeiro, um dos participantes do fuzilamento, serviu depois de guia à comunidade nacional e internacional sobre o ocorrido. Ribeiro imputou a responsabilidade direta nos massacres a alguns oficiais do Estado-Maior das Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), entre os quais: Bobo Keita, Lúcio Soares, André Gomes (este militar viria a suicidar-se na prisão), Julião Lopes, Abdoulay Bari (Presidente do Supremo Tribunal) (Gomes, 2014). Pedro Pires, um dos líderes dos movimentos de libertação na Guiné e ex-presidente de Cabo Verde, imputou a responsabilidade para os ministros de Luís Cabral reconduzidos em novas ou velhas funções pelo Conselho de Revolução (Fernandes, 2007).

No entanto, as informações de visitas a valas comuns por jornalistas *The times*, *The Guardian*, *Expressinternacional* variam um pouco, mas concordam no essencial. Foi alegado que aproximadamente de 100-200 pessoas foram executadas sem julgamento em 1974-1975 por colaborarem com a PIDE durante a luta de libertação, mas a maioria das execuções ocorreu em 1978. A maioria dos bissau-guineenses (supostamente de FLING) foi enterrada perto de Mansabá, Cumeré e Porto Gole, e um número considerável de mortos dos que haviam apoiado a tentativa de golpe liderado por Malam Bacai Sanhá, em novembro de 1978, e, sobretudo, os ex-comandos africanos e outros militantes do recrutamento local que haviam combatido pelo regime colonial português durante a guerra de libertação nacional (Galli; Jones, 1987; Lopes, 1982, 1987; Mendy, 1996; Ziegler, 2021).

Essas práticas testemunharam a brutalidade da política da unanimidade repressiva por parte do PAIGC, que provocou o desapontamento e, na prática, marcou um contexto de uma crise econômica aguda (ver item 4) que refletiu negativamente nos setores da saúde, educativo e agrícola (Lopes, 1987;

Mendy, 1996). Ademais, em consonância do golpe, os políticos cabo-verdianos qualificaram o ato como uma “traição” e, assim, dois meses depois, procederam à desvinculação do Estado binacional, criando Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) (Nóbrega, 2003). Essa “rapidez” fez com que houvesse uma desconfiança sobre a unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde (Mendy, 1996).

Desde os primeiros momentos do *movimento reajustador*⁸, o discurso político mudou de tom, reivindicando uma cultura bissau-guineense autêntica em oposição à construção do Estado binacional. Essa reivindicação no seio do PAIGC marcou um corte com a direção intelectual da ala cabo-verdiana. Após esse momento, Nino Vieira assumiu a presidência do país e era divinizado pelo seu heroísmo da luta de libertação nacional. Essa divinização levou à subalternização do Partido e às lutas entre as facções dentro do partido aumentaram (Caomique, 2022; Fernandes, 1993). Trata-se da busca de mecanismos para justificar o golpe, e não a mudança do *status* das coisas, pois, na prática, nada mudou com a ascensão do novo regime liderado por Nino Vieira (Anós Té, 2023), ou seja, após o golpe houve o bonapartismo presidencial e, mormente, da afirmação da supremacia de Nino sobre as estruturas do Estado (Anós Té, 2023; Fernandes, 1993, 1994).

O impulso étnico fez-se sentir dentro do PAIGC. Quando prevaleceram as tendências de movimentos étnicos, as tensões políticas foram subindo até que, em março de 1984, no quadro de uma tentativa de revisão constitucional com o fito de extinguir o cargo do Primeiro-Ministro, Vitor Saúde Maria, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-presidente do Conselho da Revolução, acusado de preparar um golpe de Estado. Ele foi, imediatamente, demitido do cargo e colocado sob prisão domiciliar durante um ano. Em outubro do ano seguinte, Paulo Correia, ex-vice-presidente e ministro da Justiça, e Viriato Pã, ex-procurador-geral da República, foram acusados com mais de 50 pessoas de preparar um golpe de Estado e de tribalismo. Julgados nove meses depois, algumas delas foram executadas e outras com penas de prisões e trabalhos forçados de um a 51 anos, tendo seis deles falecidos na prisão (Candé Monteiro, 2019; Caomique, 2022; Fernandes, 1993; Lopes, 1982; Mendy, 1996; Nóbrega, 2003). O governo liderado por Nino justificou a morte dos seis presos com a versão da causa “natural”. Essa justificativa não foi suficiente para convencer a população e os familiares. Eles teriam sido ceifados pelas estruturas de opressão criadas pelo PAIGC chefiado pelo ex-presidente da República, João Bernardo Vieira (Anós Té, 2019).

Presentemente, e depois de muitas turbulências, da construção de uma unidade nacional eminentemente ideológica, persiste uma grande crise e os desafios da sua construção e, também, da sociedade. No aspecto político, a construção da unidade nacional parece ser fundamentada no fantasma ideológico. Há, na verdade, exemplos e indícios fortes que dão pistas da continuação dessa mentalidade, segundo a qual ter a visão diferente ou contrária de quem pensa ser o dono do poder, é o sinônimo de ter um comportamento que põe em causa a estabilidade política ou a unidade nacional, ou ser tachado como aquele que fala mal do país.

A ideia da construção da nação é um argumento popular e ideológico e, portanto, não é justo apontar neste trabalho que ela seja totalmente inconsistente e/ou inapropriada perante o contexto da pós-independência. Não obstante, essa ideia acabou por entrar em contradição, pois, na prática, o

⁸ O movimento tinha como propósito reajustar as “coisas” dentro do PAIGC e dentro das estruturas do Estado, porém, não reajustou “nada” e ainda durante esse período aumentaram as tensões, perseguições e assassinatos de algumas figuras do partido.

partido único não conseguiu ultrapassar a ideia do regionalismo, tentativa de instrumentação étnica ou o comunalismo, embora o partido tente esconder tais evidências. Antes da independência, o país parecia ter conseguido um equilíbrio e a construção de um Estado binacional, apesar da pós-independência se ter ido ao encontro dos discursos tribais que fizeram sentir dentro do PAIGC e hoje dentre de alguns partidos políticos.

A situação política teve como consequência a ausência de uma perspectiva de governação e de relação governamental, fato que Finer (1967) denomina *two-way flow of communication* (fluxo de comunicação bidirecional). Este é marcado pelas reclamações afuniladas para cima e que chegam aos ouvidos do governo provincial ou da própria liderança do partido – que deveria proporcionar uma integração. Na sua análise da questão dos regimes de partido único na África, o autor citado aduz que apenas Tanzânia e a Tunísia podem ser considerados como dois países marcados pelo fluxo bidirecional.

O PAIGC proibiu o fluxo de comunicação bidirecional ao instalar política de terror, censura, vigilância e autovigilância na sociedade. Quando o assunto se tratava de matéria política, esse fluxo de comunicação bidirecional tomava uma direção oposta – ele passava a ser feito pelos dirigentes do partido-Estado, explicado e elogiado aos que estavam nas reuniões do partido de base que acabavam consciente ou inconscientemente por adotar a política de *tudo está bem*. É importante salientar que houve algumas resistências por parte de alguns dirigentes do próprio partido; resistências que deram a ruptura no seio do partido-Estado e, conseqüentemente, a emergências dos partidos políticos após abertura política, em 1991.

4 Desenvolvimento econômico

O argumento econômico foi definido pelo partido único como instrumento importante para a modernização e para o planejamento do desenvolvimento econômico. Se assim for, no que concerne à acumulação de capital, o partido único na Guiné-Bissau não se organizou suficientemente para possibilitar este crescimento. Os programas de desenvolvimento econômico pioraram e não se conseguiu estabilizar social, política e economicamente o país. Essa situação abriu espaços para outros problemas socioeconômicos e políticos.

O investimento humano passou a ser destinado a uma camada populacional mais privilegiada em detrimento a outra, ou seja, os trabalhadores e a camada populacional camponesa bissau-guineense se chocavam como o Estado era dirigido. O orçamento do Estado passou a ser direcionado à classe superprivilegiada, provocando uma agitação social e econômica, levando ao aumento do desemprego. Para Mendy (1996), após a independência, o país esgotou as reservas internas, que haviam sido substanciais na independência (dando indícios do crescimento econômico), colocando-se em uma condição de falência nacional e internacional. Essa situação iminente era acompanhada de numerosos escândalos de corrupção no sistema administrativo e pelo fracasso das agências de importação e exportação. Metaforicamente, Bayart (1993) caracteriza essa situação como *goats eat where they are tethered* (as cabras comem onde estão amarradas).

O sistema de partido único na África, exceto em um pequeno número de Estado – Mali, Tanzânia – provocou perdas econômicas substanciais; para a maioria, os governos de partido único se

entregaram a um vasto e prolixo desperdício de suas escassas receitas e até mesmo uma “ajuda externa” mais escassa, em parte nos projetos caros e econômicos, mas mais ainda em um aparato governamental altamente privilegiado, grosseiramente pago em excesso pelos padrões altos e exorbitantes, mas fantásticamente por referências ao seus próprios compatriotas camponeses (Finer, 1967). Era nesse quadro que o salário do deputado é normalmente da ordem maior; salário que um camponês leva mais de um ano de trabalho para ganhar. O salário e as despesas pessoais dos titulares das instituições passaram a constituir maiores pesos no orçamento do país, embora o país tenha uma balança comercial “dependente”.

Essa cultura representa, para Bayart (1993, p. 241), as enzimas glutinosas de alguns políticos africanos, motivados pelo único desejo de se empanturrarem o mais rápido possível, pois são capazes de acumular riquezas, tornando-se “políticos de honra”. Nesse contexto, a propriedade material (mesmo de normal ilegal) é vista como uma virtude política, e não como objeto de desaprovação. Assim, o Presidente de Costa de Marfim Houphouët-Boigny, por exemplo, tentou desacreditar um oponente político, descrevendo-o como um homem que “não tem nada, nem mesmo uma bicicleta”. No Quênia, Oloitipitip, um dos ministros do presidente do ex-presidente Daniel Toroitich Arap Moi; Jomo Kenyatta, Nnamdi Azikiwe, na Nigéria; Major-General Mobutu no Zaire, reproduziram a mesma lógica. Alguns deles afirmam que a fortuna é um atributo de um verdadeiro chefe de Estado. Essa prática está ainda presente em alguns Estados, a exemplo da Guiné-Bissau.

O partido único na Guiné-Bissau não conseguiu estabilizar e fazer crescer a economia do país. É importante salientar que, após a independência, o país viveu uma situação econômica “subdesenvolvida”, marcada pela negatividade comercial, pelo aumento de desemprego e subemprego, pela ruptura com as atividades comerciais normais e os resultados do Produto Interno Bruto (PIB) sem estabilização, e um êxodo rural muito alto.

Com isso, para Mendy (1996), o período após a independência nunca registrou quaisquer excedentes comerciais e que o rácio exportação/importação nunca excedeu os 35%. Fato que evidencia que a Guiné-Bissau dependia da “ajuda” e dos empréstimos estrangeiros para resolver os seus problemas internos e externos (Lopes, 1982). Na altura, o país tinha tido um fluxo de capital externo que em termos per capita foi 4,5 vezes superior à média da África Subsaariana, em 1979. Conforme o autor, de 1978 para 1979 a dívida do país triplicou e cresceu 11 vezes desde 1975, enquanto a produção agrícola baixava (Lopes, 1987). Sobre isso, a Tabela 1 ilustra o fato. Entretanto, apesar da implementação de um projeto louvável de algumas unidades industriais (ver Quadro 1) na era de Luís Cabral, os indicadores foram catastróficos (Anós Té, 2023), como indicam a Tabela 1 e o Quadro 2.

Tabela 1 - Dívida externa pendente no final de 1975-1979

Fonte	1975 10 ⁶ US\$	1976 10 ⁶ US\$	1977 10 ⁶ US\$	1978 10 ⁶ US\$	1979 10 ⁶ US\$
Empréstimos bilaterais	14,5	16,4	17,9	26,9	84,3
Empréstimos multilaterais	—	—	1,7	7,6	54,4
Instituições financeiras	—	—	—	4,1	7,1
Créditos de fornecedores	—	2,0	2,0	6,5	18,4
Total	14,5	18,4	21,6	45,1	164,2

Fonte: Banco Mundial referenciado por Lopes (1987); adaptada pelos autores

Quadro 1 - As primeiras unidades industriais na Guiné-Bissau

Fábricas e suas denominações	Funções
Leite "Blufo"	Importa leite em pó e transforma-o em leite, beneficiando apenas a capital. O único produto interno utilizado é a água.
Montagem de automóvel "EGA"	Monta modelos Citroen que são utilizados pelos serviços estatais da capital e por privados.
Plásticos	Nunca chegou a produzir nada
Oxigênio e acetileno	As suas capacidades de produção parecem ultrapassar em 90% as necessidades da Guiné-Bissau
Mosaico de Bandim	Fornecer materiais de construção para a indústria.
Cerâmica de Plubá	Produz louças, que, evidentemente, só são vendidas na capital, devido às suas reduzidas capacidades.
Unidades industriais ligadas à piscicultura	Empresas mistas com a URSS, Argélia, França, que são voltadas para exportação, fornecendo peixe somente à capital Bissau.
Pré-fabricados "Sandino"	Unidade de construção de elementos pré-fabricados que só tem trabalhado na capital.
Transformação de madeiras da "Socotram"	Para além da fabricação de parquetes para exportação, fábrica móveis para consumo local.
Espuma "Pansau"	Trabalha 5 minutos por dia por falta de matéria-prima para fabricação de colchões de espuma e similares.

Fonte: Lopes (1987); adaptada pelos autores

Essas unidades instaladas no país após a independência fracassaram. A fábrica de leite, por exemplo, beneficiava apenas a capital, sendo que o único produto interno utilizado é a água. A fábrica de plásticos nunca chegou a produzir nada para vender (Lopes, 1987). Algumas dessas não conseguiram dialogar com a realidade de uma grande parcela da população bissau-guineense. Com o fracasso dessas unidades e o monopólio do Estado, o panorama comercial estava em decadência e/ou um colapso e não conseguiu atender às necessidades populacionais dos bissau-guineenses (Anós Té, 2023).

Salienta-se que, entre 1974-1983, o Estado da Guiné-Bissau tentou monopolizar o comércio externo e interno, controlando *Armazéns do Povo*, *Socomin*, *Dicol*, *Guiné-Gaz*, não obstante, o Estado tem feito algo para melhorar as situações das infraestruturas do país e as condições de mercado para permitir o crescimento econômico. No aspecto econômico, os principais mecanismos da economia – o comércio interno e externo, e a produção industrial – foram nacionalizados e controlados pelo Estado. As principais casas comerciais – *Armazéns do Povo* e *Socomin* – foram nacionalizadas e as novas empresas industriais criadas construíram o alicerce econômico de uma nova classe burocrática do Estado em formação. Esse processo da burocratização fez das empresas um espaço político para as barganhas pessoais e o fortalecimento das suas bases políticas e econômicas. Os detentores do poder no partido, tornaram-se, conseqüentemente, os detentores dos poderes no aparelho do Estado, da economia e dos meios de produção, criando um processo de enriquecimento pessoal e material, e não de valorização do capital (Fernandes, 1994).

Assim, as situações internas tornaram-se drásticas, ocasionando a falta de alguns produtos de primeira necessidade, fato que resultou no aumento das tensões na cidade e nas regiões do país. Os produtos de primeiras necessidades – arroz, óleo, feijão, açúcar, sabão, fósforo etc. – eram escassos, aliás, pouco circulavam nos mercados oficiais do Estado, sendo redistribuídos pelas redes de

clientelismo e compadrio, ou aquilo que os bissau-guineenses chamam de “*clandô*” (Fernandes, 1994). Ou seja, as estratégias dos chefes de redes se assemelham à captura, acumulação e redistribuição parcial da riqueza, buscando alargar ainda mais as suas hegemonias políticas (Bayart, 1993). A classe dominante neste contexto, a elite principal beneficiária da dependência econômica, às vezes chamada de burguesia compradora, é vista como as servas do capital estrangeiro (Chabal, 1992). Essa situação, na Guiné-Bissau, criou alicerces para a gênese de uma burguesia comercial e agrária que, por falta de bases econômicas estruturadas, continuou ligada ao aparelho do Estado centralizado na figura do Presidente da República. Através deste “bonapartismo presidencial” ou monopolização política e econômica se redistribuí os valores internacionais emprestados ao país (Cardoso, 2004).

Posto isso, durante a primeira década de independência, a economia bissau-guineense caracterizou-se por uma estagnação de comércio interno e externo. Com uma infraestrutura de transportes inadequada e sistema de preço desincentivador com uma diminuição de 23% dos produtos comercializados nos *Armazéns do Povo e Socomin* (Mendy, 1996). Para mais, em 1981, apenas 1.547 toneladas de amendoim estimada em 30.000 toneladas, e só 6.475 toneladas de arroz correspondente a uma produção total estimada em 80.000 toneladas, foram vendidas nessas estruturas monopolizadas pelo partido (Galli; Jones, 1987 apud Mendy, 1996). Assim,

durante 1981, por exemplo, as despesas do Estado em projetos industriais foram reduzidas de 12,3 milhões de dólares para 1,5 milhões. Ao mesmo tempo, foram lançados uma série de projetos e programas de desenvolvimento rural, incluindo os Projetos de Algodão e de Amendoim em Bafatá, financiados pela CEE (agora UE [União Europeia]) e a ajuda francesa; o Projeto Orizícola do Vale do Geba, financiado pela FAO [Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura] e pela Agência dos Estado Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); e o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I (regiões de Cacheu, Biombo e Oio), financiado pela Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional (ASDI), destinado a promover a produção de arroz e a diversificação de culturas. Com serviços de créditos e de extensão ligados a cada um deles, estes projetos foram complementados por dois Centros de Multiplicação de Sementes, em Contuboele (Região de Bafatá) e Caboxanque (Região de Tombali) (Mendy, 1996, p. 39).

Para o autor, apesar de tais medidas, a situação da crise econômica aguda manteve-se. Com a situação precária, começaram algumas movimentações no sentido de abandonar as orientações socialistas para recuperar a economia, as infraestruturas e estimular a produção e a exportação agrícola. Com a crise dos países socialistas no final da década de 1980, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) estavam dispostos a emprestar uma parte considerável dos fundos necessários para o país.

Em decorrência disso, o país abandonou as orientações de viés socialista. Essa situação levou o governo bissau-guineense a adotar, em maio de 1983, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)⁹ financiado e assessorado pelo FMI e o BM (Mendy, 1996). Quanto a isto, não se pode esquecer que o Estado da Guiné-Bissau, por várias razões, depende em grande parte da ajuda externa para resolver os seus problemas. Esse fato põe em perigo a sua soberania e a sua segurança interna (Lopes, 1982), representando a política da dependência econômica¹⁰ ligada à condição de mendicância, anunciada por

⁹ Para aprofundar sobre o assunto, consulte: Aguilar; Zeján (1994) e Padovani (1991).

¹⁰ Para mais informações sobre o assunto, ver: (Chabal, 1992, p. 233ss).

Chabal (1992). Com isso, argumenta-se que o desenvolvimento econômico contínuo (ou melhor, o subdesenvolvimento) do país dependente implica uma dependência maior, e não menor na pós-independência. Esse processo ficou conhecido na África como neocolonialismo, ou seja, em termos gerais, o domínio econômico contínuo da antiga potência colonial após a independência (Chabal, 1992).

No período de 1983-1986, o déficit orçamental e da balança de pagamento pioraram rapidamente, contribuindo para aumentar a inflação no país. Nesse período, houve o aumento do crédito externo para cobrir os déficits orçamentais, fato que contribuiu para o aumento da dívida externa e das obrigações, aliás, condicionalismo com os “patronos” no que concerne ao serviço da dívida. A título de exemplo, enquanto em 1980 o total de dívida externa ascendia a 134 milhões de dólares, em 1985 atingia mais do que o dobro, a saber: 307 milhões de dólares; e enquanto em 1980 o serviço da dívida ascendia a 4,6 milhões, cinco anos mais tarde tinha passado a 9 milhões de dólares (World Bank, 1991 apud Mendy, 1996). Após a independência, “o Estado bissau-guineense fracassou na sua busca por um desenvolvimento socioeconômico equânime e não teve sucesso na concepção de um Estado/Nação ancorada na historicidade” (Caomique, 2022, p. 98). Assim, o país mergulhava num maior endividamento (ver Tabela 1 e Quadro2). Em 1990, a dívida externa total aumentou consideravelmente para 592,8 milhões de dólares, que correspondem a 321,3%, enquanto 307,8 milhões cinco anos antes, representando 197,4% do Produto Nacional Bruto (PNB).

Quadro 2 - Dívidas entre 1985-1990 (em milhões de dólares)

Ano	PNB	Dívida total	Serviço da dívida	DT/PNB (%)	SD/PNB (%)
1985	155,9	307,8	9	197,4	5,8
1986	124,6	336	6	269,4	4,8
1987	160,1	437,5	10,2	273,2	6,8
1988	151	455	7,2	301,3	4,8
1989	167	498,4	12,2	298,4	7,3
1990	184,5	592,8	8,7	321,3	4,8

Fonte: Mendy (1996); adaptada pelos autores

Os resultados apontam que o processo de estabilização econômica do PAE não teve resultados positivos com vistas a estabilizar economicamente o país. As verbas disponibilizadas para estimular o processo de crescimento econômico não mudaram o cenário econômico e social, e o país tendia a se endividar ainda mais. O Quadro 2 e a Tabela 1 ilustram as argumentações, pois, olhando para as informações, fica nítido que há uma tendência de acelerar ainda mais o crescimento da dívida externa. Todavia, para Mendy (1996), apesar dessas instabilidades econômicas, sociais e políticas, o Estado da Guiné-Bissau acabou por rubricar um acordo com o FMI e BM para o segundo PAE entre os anos 1989-1991. Mesmo com o segundo acordo, a situação continuou sendo difícil, pois as dificuldades de sua implementação começaram a aparecer. O fraco desempenho por parte das autoridades nacionais provocou a insatisfação das instituições financiadoras do Crédito de Ajustamento Estrutural (CAE); com isso, o primeiro crédito programado para o primeiro trimestre de 1990, só foi desbloqueado em janeiro de 1991, enquanto a última parcela, prevista para março de 1991, não foi desbloqueada até junho de 1992.

Sobre isso, questiona-se: quais os impactos do PAE para a política e a sociedade bissau-guineense? A que se deve a sua deficiência, ou melhor, o que falhou? Talvez sim, talvez não, mas a verdade é que a grande parte do dinheiro foi utilizado para as barganhas pessoais e para o consumo dos que detinham o monopólio do poder em detrimento dos investimentos para alavancar o processo de desenvolvimento em todos os setores (Anós Té; Silva, 2023).

No setor agrícola, por exemplo, houve um decréscimo substancial, principalmente, por parte dos agricultores; a situação atingiu o setor de saúde marcado pela falta dos profissionais qualificados para atender as demandas do país, aliás, uma grande parte desses profissionais emigrou para outros países, o que representa o chamado *brain drain*. O setor de saúde foi marcado também pela corte de alguns serviços hospitalares básicos; e o setor da educação deteriorou-se com infraestruturas em péssimas condições e salários dos(as) professores(as) desmotivados (Mendy, 1996). Por isso, para Monteiro e Silva (1993 apud Mendy, 1996), o PAE mexeu e complicou ainda mais o contexto socioeconômico em que se desenrolou o fenômeno da educação oficial. O PAE marcou negativamente vários setores do país, refletindo nas condições das mulheres nas zonas rurais¹¹ dos jovens e das crianças.

Talvez os dois autores tenham razão, parcialmente. O PAE em si não consubstanciaria uma complicação socioeconômica se as verbas disponibilizadas não fossem usadas para o consumo em detrimento dos investimentos do país. Por isso, considera-se que o PAE falhou porque os líderes que gerenciaram esse processo falharam na adoção das medidas necessárias para proporcionar o crescimento econômico. Aliás, Augel (1996); Anós Té e Candé Monteiro (2020) ainda reforçam a argumentação ao apontarem que a política da elite econômica foi caracterizada como sendo da “barriga” e os bens públicos “comidos” e apropriados pela elite e pelos seus representantes. Bayart (1993) caracteriza essa situação como a “política de ventre”, marcada pelas facções, divisão e redes políticas discrepantes e hierárquicas que, de fato, reforçam a dominação e desigualdades sociais.

Assim sendo, o que se via, na verdade, era uma elite política desprovida de capacidade reflexiva capaz de orientar o país para o desenvolvimento no plano sócio-político e econômico. Essa classe da elite, segundo Cardoso (2004), descuidou-se em gastos supérfluos e/ou “desnecessários” e cada vez mais estranhos às boas práticas da gestão das coisas públicas do país. Esse período foi marcado pelo fenômeno que alguns autores chamam de: os empresários de contentores (Augel, 1996), os novos-ricos (Cardoso, 2004), classe empresarial desprovida de planos econômicos de curto, médio e longo prazo (Anós Té; Candé Monteiro, 2020) e da banalização do Estado (Anós Té; Silva, 2023) que começaram a destacar-se na economia com vieses liberais, manipulando cada vez mais a economia e as decisões políticas, tornando o Estado inoperante face às demandas da população.

Por sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, a legitimidade do partido-Estado é questionada pelos organismos internacionais e pelos bissau-guineenses (Mendy, 1996). Não obstante, o PAIGC, ao alcançar os fins almejados no período pós-independência, caiu “na contradição de suas ideologias, quando os interesses da pequena burguesia conflitaram com as promessas feitas às massas populares [...]” (Candé Monteiro, 2019, p. 75). Por isso, assevera-se que os argumentos de que o sistema de partido único, em qualquer sentido, garantiu um rápido avanço econômico e a unidade nacional devem ser rejeitados no contexto bissau-guineense. As evidências mostram claramente que

¹¹ Para aprofundar sobre o assunto, cfr.: Achinger (1992).

esses eram argumentos ideológicos e idealistas que acabaram por entrar em contradição com a realidade se se olhar para os indicadores econômicos, sociais e políticos depois da independência.

5 Considerações finais

Como se argumentou, contudo, nenhuma dessas afirmações quanto à conveniência do monopartidarismo na África, ou na Guiné Bissau em particular – a) ideal para construir a unidade nacional; b) ser condição necessária para o crescimento econômico; c) segue as inclinações “naturais” da população; e d) meio para garantir a estabilidade política, econômica e social – foram materializadas no contexto bissau-guineense, pois, as razões invocadas não foram cumpridas e a crença no partido único caiu por “terra”; ou seja, o regime do partido único na Guiné-Bissau não cumpriu, cabalmente, essas promessas.

Quanto à unidade nacional e à construção do Estado binacional – que soa bem, mesmo que vago e ideológico – o partido-Estado salientou a necessidade de o país ser unificado como Estado-nação a partir da perspectiva binacional. Assim, alguns líderes do PAIGC, incluindo Amílcar Lopes Cabral, enfatizaram o aspecto simbólico da construção de uma nação unificada. A construção do Estado-nação é pensada a partir de uma perspectiva da união do povo, salientando que os bissau-guineenses e cabo-verdianos devem se ver como uma família. Essa ideia da “família” ainda continua presente no imaginário político, cultural, familiar e social dos bissau-guineenses. Argumentos similares foram apresentados em Zimbábue, Nigéria, Costa de Marfim, Guiné-Conacri, Mauritânia, Togo, Mali e entre outros.

Para Shaw (1986), os discursos dos líderes africanos mostraram a necessidade de ultrapassar as identidades tribais, étnicas e locais para que se possa construir uma consciência nacional, sendo que o partido único é compreendido como necessário para combater o tribalismo, ou seja, “o partido único torna-se a expressão da nação, e a dependência, e a fidelidade ao partido são o meio de ascender à unidade nacional” (Lavroff, 1975, p. 56). Alguns críticos afirmam que os países africanos precisavam de uma abordagem nacional que tente construir a nação primeiro, não o partido, enquanto o monopolizador da política, da economia e do poder político (Chirimuta, 1986 apud Shaw, 1986). Entretanto, apesar de ser uma prática em alguns países no continente africano, o PAIGC não se trata de um partido étnico e/ou tribal.

A história pós-independência de alguns Estados africanos mostra que o nacionalismo produzido pelo partido-Estado “regressa à autoglorificação nacional, à ilusão de preconceitos ideológicos e aos ataques paranoicos contra [os supostos] inimigos externos e internos” (Anon, 1984 apud Shaw, 1986, p. 381, tradução autoral), estratégia que foi também adotada pelo PAIGC. Assim, a perspectiva da construção do Estado binacional acabou por sofrer uma ruptura entre os dois Estados, em 1980. Mesmo com a ruptura dos bissau-guineenses e cabo-verdianos, as situações de política de terror continuavam no seio do partido-Estado.

Na verdade, de todos os argumentos apresentados, a construção da estabilidade política, econômica e social é o mais fácil de refutar. Quanto ao crescimento econômico, o país liderado por Luís Cabral e, posteriormente, por João Bernardo Vieira, teve um desempenho muito fraco, sendo que, em 1985-1990, as dívidas do país aumentaram drasticamente e o país não conseguiu uma estabilidade

econômica para alavancar o processo de crescimento econômico. As verbas disponibilizadas foram utilizadas para o consumo pessoal em detrimento dos investimentos públicos. Com certeza, o inverso pode ser uma inverdade; o partido único não seguiu os ideais dos bissau-guineenses, de fato, não se conseguiu garantir a estabilidade política, pois, abriram espaço para os assassinatos enigmáticos dos líderes e adversários políticos, o golpe de Estado de 1980 e outras tentativas de golpes de Estado, perseguições dos adversários políticos, vigilância e autovigilância, e prisões arbitrárias, elucidam as arguições.

Portanto, o PAIGC não se pode gabar dos bons “resultados”, concernentes aos direitos humanos e à liberdade de expressão, apesar de ser o partido que proclamou a independência do país. O partido não conseguiu criar um elo entre a teoria e a prática da ideológica que fundamentaram a luta armada, objetivando promover o bem-estar social, político e econômico da população. A política da repressão foi adotada para manter a prática da cleptocracia – forma de governo que se baseia na prática da corrupção, das fraudes, da apropriação ilegal dos recursos financeiros, dos benefícios próprios e/ou de um grupelho – e da afirmação pessoal – bonapartismo do partido e bonapartismo presidencial – dos líderes políticos. Os argumentos apresentados a favor do partido único são insatisfatórios do ponto de vista realístico e factual. É preciso lembrar que se, então, os apologistas do partido único argumentaram a seu favor, a questão central tornou-se, portanto, a pretensão da monopolização da política e do poder, embora os líderes políticos argumentem a favor do desenvolvimento, a realidade evidenciou que nem todos estavam totalmente comprometidos com o desenvolvimento do país.

Salienta-se, portanto, que no final de década de 1990, por meio das pressões internas – militantes descontentes e outras vozes externas – Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional –, a Guiné-Bissau acabou por adotar o pluripartidarismo através da lei-constitucional nº 1/91 de 29 de maio, que permitiu a revisão constitucional de 1984. Essa revisão findou com a hegemonia do PAIGC como partido-Estado e, conseqüentemente, possibilitou a formação e a legalização dos outros partidos políticos, culminando com a participação de oito listas de partidos às eleições legislativas e oito candidatos às presidenciais de 1994.

Referências

ACHINGER, Gertrud. Efeitos do programa de ajustamento estrutural sobre as condições económicas e sociais das mulheres da zona rural. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 14, n. 7, p. 65-82, jul. 1992.

AGUILAR, Renato; ZEJÁN, Mário. Ajustamento estrutural na Guiné-Bissau. *Soronda: revista de estudos guineenses*, Bissau, v. 17, n.1, p. 79-144, jan. 1994.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANÓS TÉ, Paulo. *Novos partidos políticos na Guiné-Bissau: uma análise dos seus impactos na institucionalização partidária (1991-2019)*. 2023. 159f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

ANÓS TÉ, Paulo. *Transição democrática na Guiné-Bissau*. uma análise sobre a proliferação dos partidos políticos (1991-2018). 2019. 40f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

ANÓS TÉ, Paulo; CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Transição democrática na Guiné-Bissau: uma análise sobre a mercantilização da democracia. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 4, n. 4, p. 215-239, abr. 2020.

ANÓS TÉ, Paulo; SILVA Julinho da. As elites políticas na Guiné-Bissau: das grandes jogadas à polarização política. *Almanaque de Ciência Política*, v.7, n.1, p.1-15, abr. 2023.

AUGEL, Johannes. Grupos estratégicos. In: AUGEL, Johannes; CARDOSO, Carlos (Orgs.). *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*. Bissau: Instituto nacional de estudos e pesquisa, 1996, p. 153-162.

BAYART, Jean-François. *The state in Africa: the politics of the belly*. London; New York: Longman, 1993.

BM (BANCO MUNDIAL). *Guiné-Bissau aspectos gerais*. [online]. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3Fl8o5P>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros, 2000.

CABRAL, Amílcar. *A luta criou raiz*. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2018.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. *Discurso nacional e etnicidade em África: o caso da Guiné-Bissau (1959-1994)*. Curitiba: Appris, 2019.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. *Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau*. uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020). 2022. 112f. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2022.

CARDOSO, Carlos. Formação e recomposição da elite política moderna na Guiné-Bissau: Continuidades e rupturas (1910-1999). In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, VIII, 2004, Coimbra. *Anais Coimbra*: Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2FCq9nh>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CARVALHO, Clara. A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco[s] da Guiné-Bissau. *Etnográfica: Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 37-59, mai. 2000.

CHABAL, Patrick. *Power in Africa: an essay in political interpretation*. New York: Palgrave Macmillan, 1992.

CLARK, William Roberts; GOLDBER, Matt; GOLDBER, Sona Nadenichek. *Principles of comparative politics*. London: CQ Press, 2013.

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Brasília: UnB, 1980.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. *Guiné-Bissau e Cabo-Verde: da unidade à separação*. 2007. 137f. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos) – Universidade do Porto, Porto, 2007.

FERNANDES, Raúl Mendes. Processo democrático na Guiné-Bissau. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 1, n. 17, p. 31-44, jan. 1994.

FERNANDES, Raúl Mendes. Partido único e poderes tradicionais. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, v. 1, n. 16, p. 39-50, jul. 1993.

FINER, S. E. The one-party regimes in Africa: reconsiderations. *Government and Opposition*, v. 2, n. 4, p. 491-509, out. 1967.

GALLI, Rosemary; JONES, Jocelyn. *Guinea-Bissau: politics, economics and society*. London: Frances Pinter, 1987.

GOMES, Daniel Filipe Franco. O 14 de Novembro de 1980 na Guiné-Bissau visto pela imprensa portuguesa. Análise comparativa. *Revista portuguesa de história*, n. 45, p. 481-506, 2014.

GUINÉ-BISSAU. [Constituição (1973)]. Constituição da República da Guiné-Bissau de 1973. Disponível em: <https://www.stj.pt/wp-content/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2023.

LAVROFF, Dimitri Georges. *Os partidos políticos da África negra*. Lisboa: Bertrand, 1975.

LOPES, Carlos. *Etnia, Estado e relações de poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70, 1982.

LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1987.

MENDY, Peter Karibe. A emergência do pluralismo político na Guiné-Bissau. in: KOUAWO, Fafali.; MENDY, Peter Karibe (Orgs.). *Pluralismo político na Guiné-Bissau*. Uma transição em curso. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1996, p. 11-65.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.

NÓBREGA, Álvaro. *A luta pelo poder na Guiné Bissau*. Lisboa: ISCSP, 2003.

NÓBREGA, Álvaro. *Guiné-Bissau: um caso de democratização difícil (1998-2008)*. Lisboa: ISCSP, Universidade de Lisboa, 2015.

NYERERE, Julius. One party government. *Transition*, n. 2, p. 9-11, dez. 1961.

PADOVANI, Fernando. O programa de Ajustamento na Guiné-Bissau e a discussão de um modelo. *Soronda: revista de estudos guineenses*, v. 11, n. 1, p. 55-64, jan. 1991.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UnB, 1982.

SEMEDO, Rui Jorge. *PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*. Lisboa: Nimba, 2021.

SHAW, William H. Towards the one-party state in Zimbabwe: a study in African political thought. *The Journal of Modern African Studies*, v. 24, n. 3, p. 373-394, set. 1986.

SHIVJI, Issa. G. The democracy debate in Africa: Tanzania. *Review of African Political Economy*, v. 18, n. 50, p. 79-91, mar. 1991.

SILVEIRA, Onésimo. *África ao Sul do Sahara: sistemas de partidos e ideologias de socialismo*. Lisboa: Associação Acadêmica África Debate, 2004.

SMITH, Anthony D. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

VIANA, Nildo. *O que são partidos políticos?* Goiânia: Germina, 2003.

ZEVERINO, Guilherme Jorge. *O conflito político-militar na Guiné-Bissau (1998-1999)*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), Centro de Documentação e Informação, Lisboa, 2005.

ZIEGLER, Jean. *Les rebelles: contre l'ordre du monde*. Paris: Editions du Seuil, 2021.

Artigo submetido em: 01/09/2023

Aprovado em: 23/10/2023

Paulo Anós Té (pauloanoste0@gmail.com) é licenciado em Sociologia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Mestre em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas e doutorando em Ciência Política na mesma instituição.

Artemisa Odila Candé Monteiro (artemusaodila@unilab.edu.br) é Doutora em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia, pesquisadora de pós-doutorado e professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Regime do partido único na Guiné-Bissau (1973-1991): o que falhou?

Resumo. O presente artigo visa analisar o estabelecimento do regime do partido único na Guiné-Bissau entre 1973-1991, focando nos argumentos apresentados para a sua adoção. O regime foi criado pelos líderes de luta de libertação nacional associados ao partido de massa, porém, no período pós-independência operou num quadro autoritário, eliminando a oposição juvenil em nome da unidade nacional. Adota-se uma pesquisa bibliográfica através da revisão da literatura sobre a fase monopartidária na Guiné-Bissau, tendo feito o *corpus* para a compreensão do problema em análise. Antes de tudo, indaga-se: quais argumentos foram apresentados para justificar o regime do partido único no contexto africano e, sobretudo, na Guiné-Bissau? A que se deve o seu fracasso? Quais elementos a serem considerados para avaliar a governação do partido único? Para responder tais questionamentos, parte-se de três elementos: a construção da nação, a estabilidade política e também a econômica. Portanto, a adoção ao regime do partido único foi acompanhada pela política da unanimidade e não de consenso marcado por quadros econômicos e políticos falhados.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; monopartidarismo; crise; PAIGC.

One-party regime in Guinea-Bissau (1973-1991): what failed?

Abstract. This article aims to analyze the establishment of the one-party regime in Guinea-Bissau between 1973-1991, focusing on the arguments put forward for its adoption. The regime was created by the leaders of the national liberation struggle associated with the mass party, however, in the post-independence period it operated in an authoritarian framework, eliminating the youth opposition in the name of national unity. A bibliographical research is adopted through the review of literature on the one-party phase in Guinea-Bissau, having made the corpus for the understanding of the problem under analysis. First of all, the question arises: what arguments have been put forward to justify the one-party regime in the African context and, above all, in Guinea-Bissau? What is the reason for its failure? What elements should be taken into account to assess single-party governance? To answer these questions, three elements are considered: nation building, political stability and economic stability. Therefore, the adoption of the one-party regime was accompanied by the politics of unanimity rather than consensus marked by failed economic and political frameworks.

Keywords: Guinea-Bissau; one-party rule; crisis; PAIGC.